



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO – SEPESD
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
SUBSEÇÃO DE AQUISIÇÕES

1. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2017.

CONTRATADA: ECKERT & ZIEGLER Brasil Isotope Solutions

CNPJ: 02.887.124/0001-66

OBJETO: Aquisição de uma Fonte de Referência Radioativa para calibração de Medidor de Atividade (Curiômetro): Isótopo Bário 133

DA FUNDAMENTAÇÃO

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação”. Prevista nos incisos I e II do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, é permitida a contratação direta quando o valor do objeto for inferior a R\$8.000,00 (oito mil reais), *in verbis*:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela [Lei nº 9.648, de 1998](#)).

(...)

1. **FATOR TEMPO:** A aquisição por Dispensa de Licitação traz maior celeridade na condução do processo, uma vez que dispensa a produção de editais; publicação de etapas processuais; análise classificação e julgamento de proposta; sessões públicas para execução de lances, entre outras oriundas de certame licitatório que demandam a realização de Pregão.

2. Tal contratação não caracteriza fracionamento de despesa, pois os objetos adquiridos são distintos e não pertencem à mesma natureza, portanto, não compartilham de um único limite de dispensa pelo valor

3. **FATOR ECONOMICIDADE PROCESSUAL:** A Dispensa de Licitação proporcionará, como consequência a dispensa das etapas processuais que demandam a realização de Pregão, buscando-se assim a economicidade e celeridade nas contratações da Administração.

4. **FATOR PREÇO:** Segundo as Propostas de Preços anexas das empresas **ECKERT & ZIEGLER - BRASIL ISOTOPE SOLUTIONS** (0515166) e **INSTITUTO DE PESQUISA ENERGÉTICAS E NUCLEARES (IPEN)** 0577854, os preços dos Materiais/Serviços a serem adquiridos por meio da Dispensa de Licitação, tiveram como escolha do fornecedor o "menor preço". Foi

deixado de apensar uma terceira pesquisa de mercado devido a inexistência de fornecedores do item objeto desta contratação, conforme certificado pela Seção de Pesquisa de Preços (0610024)

5. A proposta mais vantajosa da empresa **ECKERT & ZIEGLER - BRASIL ISOTOPE SOLUTIONS** reside no fato do IPEN não realizar a entrega no Hospital das Forças Armadas (HFA) - Brasília-DF, como informa na sua proposta. Corroborando tal informação, consta dos autos do processo orçamento do custo com o transporte de material radioativo, cujo valor é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por volume (0610806).

6. Os preços estão compatibilizados com os praticados no mercado, como demonstra a pesquisa de mercado no Painel de Preços (0055451) aliado ao Demonstrativo de Adequabilidade de Pesquisa (DAP) (0573712), emitida pelo Setor Requisitante.

7. O custo total desta aquisição é de **R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais)**.

8. Conforme o Inc. IV, do Art. 29 da Lei nº 8.666/93 e Orientação Jurisprudencial do TCU consta do processo a documentação relativa à regularidade fiscal SICAF (CNDT) (0609579), trabalhista (0609644) e cadastral (CADICON, CEIS, CNEP e CNJ) (0609575, 0609575, 0609576 e 0609578)

9. Em virtude do valor, faça a divulgação da compra no COMPRASNET, sem sua respectiva publicação em DOU, em razão do valor contratado.

Brasília – DF, julho de 2017.

JORGE RICARDO ÁUREO FERREIRA
Ordenador de Despesas do HFA



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Ricardo Aureo Ferreira, Ordenador(a) de Despesas**, em 21/07/2017, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0609599** e o código CRC **139C3B0D**.